

Novembro de 2009

Informações demográficas e socioeconômicas do Rio de Janeiro

As informações abaixo foram retiradas da Síntese de Indicadores Sociais 2009 do IBGE, que tem como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008. Este estudo busca apresentar e analisar indicadores do estado do Rio de Janeiro em comparação aos nacionais, como forma de se observar o *status quo* das questões demográficas e socioeconômicas da região em relação ao restante do país.

Educação

Segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais - 2009 - do IBGE, a taxa de frequência escolar das crianças e dos jovens mostra que, em alguns aspectos, o Brasil alcançou grande avanço. Graças às políticas de universalização da educação voltadas para o acesso e a permanência das crianças e dos jovens na escola está havendo quase um acesso total da população de 7 a 14 anos ao ensino básico e fundamental.

A tabela 1 mostra que 97,9% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos estão na escola. O mesmo não acontece com a faixa etária de 15 a 17 anos (84%). O acesso ao ensino superior parece ser mais limitado ainda. Apenas 30% da população de 18 a 24 anos está estudando, sendo que muitos desses jovens ainda frequentam o ensino médio.

O Rio de Janeiro alcançou um êxito ainda maior no ensino fundamental, com 98,2% de sua população de 7 a 14 anos na escola. Em comparação aos outros estados, trata-se da oitava maior taxa do país (Gráfico 1).

Em relação ao percentual nacional de acesso ao ensino médio, o Rio alcança grande êxito. Em segundo lugar no ranking nacional, possui 88% dos seus jovens de 15 a 17 anos em estabelecimentos de ensino. Perde apenas para o Amapá, com 89,2% dos jovens dessa faixa etária na escola.

Assim como o restante do país, no que concerne ao acesso ao ensino infantil, o Rio de Janeiro também se encontra atrasado. No Brasil, apenas 45,8% das crianças de 0 a 6 anos frequentam algum estabelecimento de ensino. No Rio de Janeiro, esse percentual é um pouco maior – 49,7% - 5º lugar no ranking nacional.

Na faixa etária de 4 a 6 anos, 85,2% das crianças cariocas estão na escola. Em nível nacional, 80% das crianças dessa faixa etária estão frequentando estabelecimento de ensino. Os melhores percentuais são do Nordeste. O Ceará é o estado com a maior frequência de crianças de 4 a 6 anos na escola (91,4%) (ver Tabela A, em anexo).

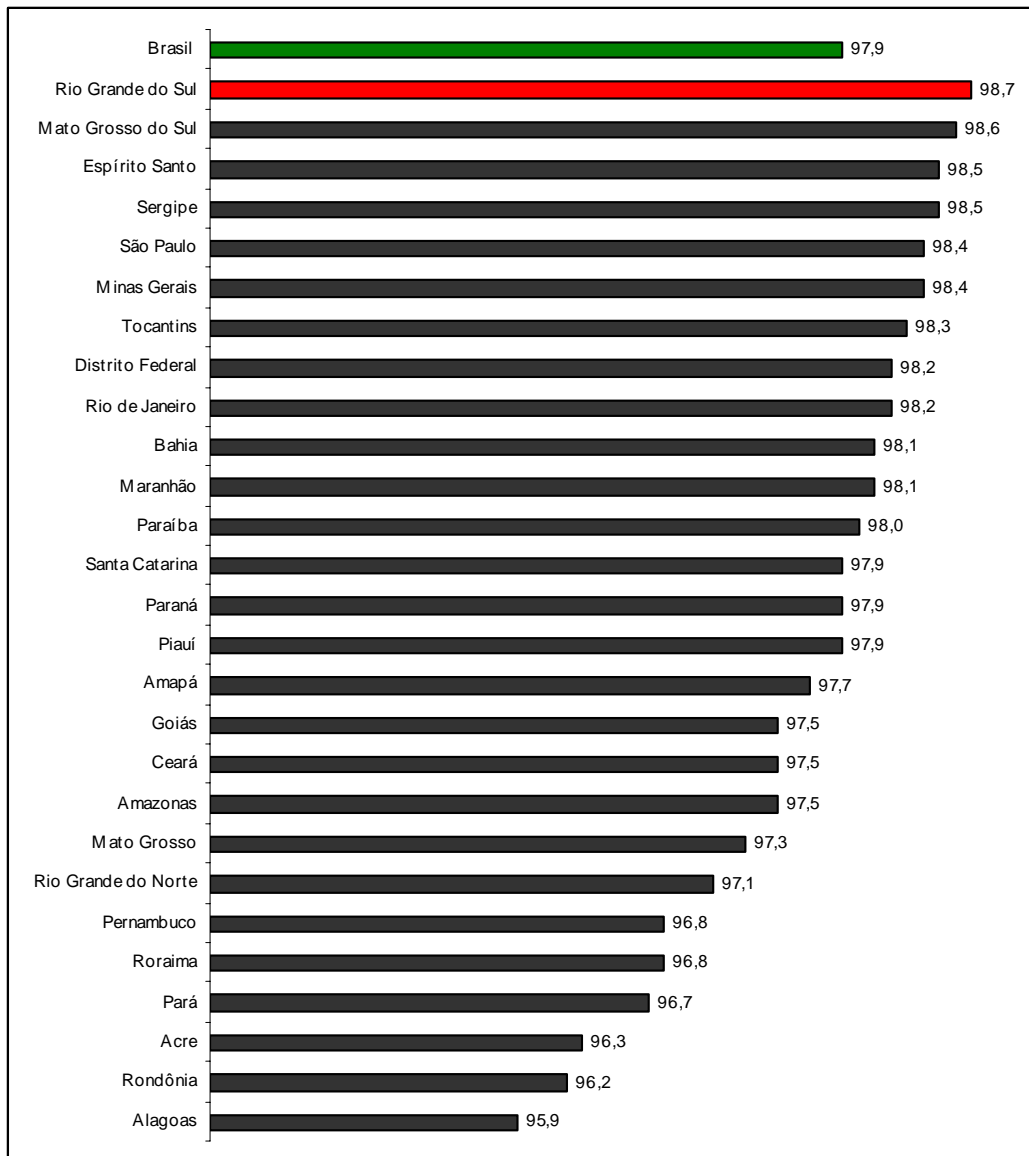
Na tabela 2 consta exatamente o percentual da população de 7 a 17 anos por nível de ensino. Vemos que o acesso ao ensino fundamental está realmente avançando no país, com

95% da população brasileira de 7 a 14 neste nível. No Rio, esta taxa está um pouco abaixo da nacional – 93,5%.

Devido à precarização da rede estadual, o ensino médio não apresenta o mesmo avanço. Apenas 50% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentam esse nível escolar. Esse percentual é um pouco maior no Rio de Janeiro, onde 53,6% dos jovens estão no nível médio.

A tabela 3 mostra que, no geral, a população de 25 anos ou mais do Rio de Janeiro tem muito mais anos de estudo que a média brasileira. A maioria possui 11 anos de estudo (25%). **O Rio é a segunda unidade federativa do país com um maior percentual de pessoas com 25 anos ou mais com 11 ou mais anos de estudo. Ou seja, 44% das pessoas dessa faixa etária possuem 11 anos ou mais de estudo. O Rio só perde para o DF, onde 55% dessa faixa etária têm essa quantidade de anos estudados.**

Gráfico 1 – Percentual de freqüência da população de 7 a 14 anos na escola



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 1

	Taxa de frequência da população a estabelecimento de ensino (%)							
	Total	Grupos de idade						
		0 a 6 anos			7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos						
Brasil	30,2	45,8	18,1	79,8	97,9	84,1	30,5	5,3
Rio de Janeiro	27,2	49,7	20,6	85,2	98,2	88,0	35,6	5,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 2

	Percentagem de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população de 7 a 17 anos de idade	
	7 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio
Brasil	94,9	50,4
Rio de Janeiro	93,5	53,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 3

	Distribuição percentual por anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (%)							
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	13,7	11,8	24,7	9,4	4,5	21,5	4,4	9,5
Rio de Janeiro	7,7	8,7	22,5	11,5	5,4	24,9	5,7	13,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Domicílios e tipos de moradia

A análise do número médio de pessoas por domicílio urbano e rural mostra que o Rio de Janeiro praticamente acompanha a média nacional de pessoas vivendo na mesma casa, mas com uma leve diferença quanto à zona rural. Enquanto em nível nacional existe uma média de 3,2 pessoas por domicílio urbano, no Rio essa média é ligeiramente menor, com 3,0 pessoas. As médias por dormitório são idênticas (ver Tabela 4).

Quanto ao tipo de moradia vemos que a maioria da população vive em casas. No entanto, os percentuais mostram que, no RJ, em comparação às médias nacionais, existe uma grande tendência em se morar em apartamentos (21,2% da pop.) e uma menor tendência em se morar em casas (78,3%). Em nível nacional, 12% da população mora em apartamentos e 87% mora em casas.

No RS também existe um maior percentual de proprietários de terrenos (72,3%) do que em nível nacional (70,6%).

Tabela 4

	Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
	Por domicílio			Por dormitório		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	3,3	3,2	3,6	1,7	1,7	1,9
Rio de Janeiro	3,0	3,0	3,0	1,7	1,7	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 5

	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual (%)			Propriedade do terreno
		Tipo de domicílio			
		Casa	Apartamento	Cômodo	
Brasil	48 905	87,3	12,3	0,3	70,6
Rio de Janeiro	5 076	78,3	21,2	0,5	72,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Casa própria

Ao analisar o percentual de imóveis próprios no Brasil vemos que o Rio de Janeiro é o décimo estado da federação com maior percentual de domicílios urbanos próprios. O pior índice de imóveis próprios fica para o Distrito Federal (62%), que possui o mais alto percentual de imóveis alugados do país (29%).

Tabela 6

	% de Domicílios urbanos por condições de ocupação			
	Próprio	Alugado	Cedido	Outra
Brasil	74,1	19,0	6,4	0,5
Rio de Janeiro	74,9	17,9	6,5	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Saneamento básico

Abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região.

Água

De acordo com os dados da PNAD 2008, no Brasil, dos 48.905.459 domicílios particulares permanentes urbanos, 45.530.982 possuem serviço de abastecimento de água, alcançando um percentual de 93,1%.

O Rio de Janeiro está abaixo da média nacional. Dos 5.076.442 domicílios particulares permanentes urbanos, 4.523.109 possuem serviço de água, um percentual de 89,1%. Ou seja, 11% de seus domicílios urbanos ainda não possuem qualquer serviço de água – o equivalente a 553.332 mil residências.

Entre os estados brasileiros, estes percentuais de domicílios com serviço de abastecimento de água variam entre 54% (RO) e 99% (SP), sendo que o Rio de Janeiro está em 18º lugar,

posição que coloca este estado entre os 10 piores índices de atendimento deste serviço no país (ver ranking na Tabela B – anexo).

Esgoto

O serviço de esgoto sanitário é um problema ainda mais grave no Brasil. Em 2008, dos 48.905.459 domicílios particulares permanentes urbanos, 15.405.219 (31,5%) não contavam sequer com rede coletora de esgotamento sanitário. Os investimentos insuficientes no setor de saneamento, em especial nas áreas urbanas, fazem do Brasil um país com qualidade de vida reduzida, além de prejudicar a saúde humana e o meio ambiente.

No Rio de Janeiro, o fornecimento de redes de esgoto está um pouco mais desenvolvido. No entanto, não possui ainda uma situação ideal – 15,4% dos domicílios cariocas não possuem rede coletora de esgoto (o equivalente a 781.772 residências).

Entre os estados brasileiros, estes percentuais de domicílios sem serviço de esgotamento sanitário variam entre 94,8% (RO) e 6% (SP), sendo que **o Rio de Janeiro está em 4º lugar, posição que coloca este estado entre os cinco melhores índices de atendimento deste serviço no país** (ver ranking na Tabela C – anexo).

Tabela 7 - Abastecimento de Água

	Distribuição percentual de domicílios urbanos, por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral (%)		
	Com serviço		Sem serviço (1)
	Com canalização interna	Sem canalização interna	
Brasil	92,1	1,0	6,8
Rio de Janeiro	88,8	0,3	10,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 8 - Esgotamento Sanitário

	Distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário (%)		
	Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	Sem serviço	
		Fossa (2)	Outras formas (3)
Brasil	68,5	27,2	4,3
Rio de Janeiro	84,6	9,3	6,1

(1) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial.

(2) Inclusive fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial.

(3) Inclusive as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outras.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Serviço de coleta de lixo em domicílios urbanos

Segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais 2009, 89,4% dos domicílios brasileiros localizados na área urbana são beneficiados com a coleta realizada por empresa pública ou privada (coleta direta), contra 8,8% cujo lixo foi depositado em caçamba, tanque ou depósito para depois ser removido (coleta indireta). E em apenas 1,9% do total, o lixo foi queimado ou enterrado na propriedade ou ainda jogado em terreno baldio, rua, rio ou mar.

O Rio de Janeiro segue o mesmo nível nacional, com 89,7% de seus domicílios com coleta direta de lixo e 9,1% com coleta indireta. O estado figura em 15º lugar no país quando a questão é coleta direta de lixo. Tocantins é o primeiro, com 98% de seus domicílios beneficiados por esse tipo de serviço (ver ranking estadual na Tabela D – anexo).

Tabela 9

País/UF	Percentual de domicílios, por existência de serviço de coleta de lixo (%)		
	Com serviço		Sem serviço (1)
	Coletado diretamente	Coletado indiretamente	
Brasil	89,4	8,8	1,9
Rio de Janeiro	89,7	9,1	1,2

(1) Inclusive queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica

O IBGE utilizou um indicador da Comissão das Comunidades Europeias – EUROSTAT, que propõe avaliar os efeitos da ausência de serviços de saneamento e eletricidade, mundialmente considerados essenciais para a saúde das crianças. Esse tipo de indicador tem o objetivo de complementar a mensuração das desigualdades socioeconômicas de um país e é construído a partir da razão entre a proporção de domicílios sem acesso a pelo menos um desses serviços, sobre a proporção de domicílios com acesso a todos os serviços.

Com as informações da PNAD 2008, observou-se que, no Brasil, para cada 100 domicílios com acesso a todos os serviços, havia 64 sem serviços. A Tabela 10 mostra que 61% dos domicílios do país têm acesso simultâneo aos serviços de saneamento e eletricidade.

O Rio de Janeiro está bem mais avançado quanto a este tipo de indicador, com 72,2% dos seus domicílios urbanos com todos esses serviços simultaneamente. Isso demonstra uma desigualdade social menos acentuada e melhores condições para a saúde da população. No entanto, há ainda um longo caminho a se percorrer, já que 28% dos domicílios – o equivalente a 1,4 milhão – não são ainda beneficiados por todos os serviços básicos de saneamento (água, esgoto e coleta de lixo) e por iluminação elétrica.

A classificação nacional do Rio nesse item é na 4ª posição. Os percentuais de acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica só são mais representativos em

São Paulo (88,4%), Minas Gerais (82,8%) e Distrito Federal (79,1%) (ver Tabela E – anexo).

Tabela 10

País/UF	Distribuição percentual por acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica – por domicílios urbanos (%)					
	Com acesso simultâneo	Sem acesso simultâneo	Serviços ausentes			
			Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta direta de lixo	Iluminação elétrica
Brasil	61,0	39,0	20,1	80,8	27,3	0,5
Rio de Janeiro	72,2	27,8	40,4	55,5	37,1	0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Acesso a serviços e bens duráveis

Segundo o IBGE, o acesso simultâneo a serviços públicos de saneamento associado à posse de bens considerados essenciais no cotidiano das pessoas é também uma forma de mensurar as condições de vida e de bem estar da população. Com esse objetivo, a PNAD 2008 coletou informações sobre o percentual dos domicílios urbanos com acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, internet, geladeira, freezer, TV em cores e máquina de lavar.

A partir desta combinação observa-se que, em 2008, somente 22,5% dos domicílios brasileiros contavam com acesso simultâneo a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar. **Esse percentual é mais elevado no Rio de Janeiro, que possui 31,7% de seus domicílios com acesso simultâneo a todos esses serviços e está em 4º lugar no país** (ver Tabela F – anexo).

Quando se inclui o serviço de internet entre esses outros, os percentuais caem mais, mostrando que 20% dos domicílios brasileiros possuem todos esses serviços. No Rio, essa taxa sobe para 28% dos domicílios (também o 4º maior do país).

Essa situação é bastante diferenciada, quando se analisa os resultados referentes às Regiões Norte e Nordeste onde os percentuais nesse indicador são apenas de 8,6% e 8,3%. Principalmente, se comparados ao Sudeste e ao Sul, 29,6% e 28,8%, respectivamente, mais uma vez podem ser constatados os elevados níveis de desigualdade regional.

Tabela 11

Acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos (%)

	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Pelo menos um morador com posse de telefone móvel
Brasil	22,5	19,6	80,3
Rio de Janeiro	31,7	27,8	81,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

O ranking estadual da tabela abaixo está em anexo – Tabela G.

Tabela 12

País/UF	Proporção de domicílios urbanos, por acesso a alguns serviços (%)			Proporção de domicílios urbanos, por posse de alguns bens duráveis (%)				
	Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	Freezer	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	99,8	50,6	27,5	35,4	95,2	15,6	96,8	46,4
Rio de Janeiro	99,9	(3º) 65,3	(4º) 34,1	(5º) 41,6	(3º) 98,5	(6º) 21,2	(3º) 98,2	(4º) 63,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pobreza - Renda das famílias

O acesso a bens e serviços básicos depende quase que, exclusivamente, do nível de rendimento atingido pelas famílias. Portanto, para medir seu nível de bem-estar é preciso conhecer seu rendimento. No Brasil, metade das famílias (49,4%) vivia com rendimento per capita inferior a um salário mínimo (R\$ 465) em 2008.

No Rio de Janeiro, o rendimento mensal familiar per capita das famílias é um pouco superior – 38% das famílias viviam com rendimento igual ou inferior a R\$ 465 em 2008.

A PNAD 2008 também mostra que 2,9% de suas famílias podem ser consideradas em extrema pobreza.

De acordo com a pesquisa, 22,6% das famílias brasileiras viviam em situação de pobreza, com uma renda per capita de até meio salário mínimo. **No RJ esse percentual cai para 13,3%, índice que coloca este estado entre os três estados menos pobres do país - 3º lugar.**

O estado com o maior percentual de famílias vivendo na pobreza é Alagoas, com 47,5% de suas famílias vivendo com rendimento mensal familiar per capita de até meio salário mínimo (Ver Tabela H – anexo). Por outro lado, Santa Catarina lidera o ranking com o menor percentual – 9,5%.

A Tabela 13 também mostra que, no geral, 74% das famílias brasileiras viviam com rendimento per capita até dois salários mínimos. No RJ esse percentual cai para 64,6% das famílias, mostrando que essa região possui um rendimento mediano superior a outras regiões do país.

Tabela 13

	Total (1 000 arranjos)	Percentual de famílias segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	60 934	7,4	15,2	26,8	24,9
Rio de Janeiro	5 475	2,9	10,4	24,7	26,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Renda por pessoa

No Brasil, 56% das pessoas viviam com uma renda igual ou inferior a um salário mínimo em 2008. **No Rio de Janeiro, esse percentual é bem menor - 43,8% das pessoas viviam com rendimento mensal familiar per capita igual ou inferior a R\$ 465 em 2008.**

A PNAD 2008 também mostra que 4,1% de sua população pode ser consideradas em extrema pobreza, enquanto no Brasil 10,3% da população ainda se encontra nessa situação.

De acordo com a pesquisa, 28,7% dos brasileiros viviam em situação de pobreza, com uma renda per capita de até meio salário mínimo. **No RJ esse percentual cai para 17,3%, índice que coloca este estado em 3º lugar no país.**

O estado com o maior percentual de pessoas vivendo na pobreza é Alagoas, com 57% da população vivendo com rendimento mensal familiar per capita de até meio salário mínimo (Ver Tabela I – anexo). Por outro lado, Santa Catarina lidera o ranking com o menor percentual – 12,6%.

Tabela 14

	Total (1 000 pessoas)	Percentual de pessoas segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	189 408	10,3	18,4	27,1	22,7
Rio de Janeiro	15 657	4,1	13,2	26,5	25,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pobreza entre crianças e jovens (de 0 a 17 anos)

De acordo com a pesquisa, a maioria das crianças e adolescentes de até 17 anos vivia, em 2008, em situação de pobreza (44,7% do total) ou extrema pobreza (18,5%).

No Rio de Janeiro, 31,4 % das crianças e dos adolescentes viviam em situação de pobreza e 9,3% viviam em extrema pobreza.

Tabela 15

	Total de pessoas de 0 a 17 anos	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)						
		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5
Brasil	57.170.418	18,5	26,2	26,9	15,2	4,1	2,8	1,7
Rio de Janeiro	3.880.827	9,3	22,1	30,7	18,5	5,3	3,5	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pessoas vivendo sozinhas – famílias unipessoais

No Brasil, 11,6% das famílias registradas são de pessoas vivendo sozinhas - unipessoais. A maioria dessas pessoas é do sexo feminino (51%).

O Rio de Janeiro é o estado com o maior percentual de pessoas vivendo sozinhas no país – 14,5% (o equivalente a 793.869 famílias unipessoais). Assim como em nível nacional, os dados do Rio também mostram que a maioria dessas pessoas vivendo sozinhas é do sexo feminino, porém, com um percentual bem maior (59%) (Ver ranking estadual em anexo – Tabela J).

Está crescendo no Brasil a quantidade de famílias constituídas por apenas uma pessoa, um contexto não muito comum há algumas décadas. Essa mudança é resultado de um conjunto de fatores como o aumento da expectativa de vida --principalmente para mulheres--, maior número de separações conjugais, avanço no processo de urbanização, que proporcionam alternativas mais propícias a este tipo de arranjo familiar.

A pesquisa também indica que grande parte das unipessoais estão sendo constituídas por mulheres, padrão que indica sua entrada mais expressiva no mercado de trabalho e maior independência emocional e financeira.

Tabela 16

País/UF	Unipessoais		
	Total	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
		Homens	Mulheres
Brasil	11,6%	49,1	50,9
Rio de Janeiro	14,5%	40,8	59,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Raça

Na questão racial, **o Rio de Janeiro apresenta o segundo maior percentual de população negra do país (11,5%), perdendo apenas para a Bahia (16%).** A sua população parda é menor em relação à média nacional e a branca maior.

Tabela 17

	Distribuição percentual da população por cor ou raça (%)			
	Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Brasil	48,4	6,8	43,8	0,9
Rio de Janeiro	54,3	11,5	33,8	0,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Taxa de mortalidade infantil

Segundo os dados do IBGE, **o Rio de Janeiro tem a 10ª menor Taxa de Mortalidade Infantil do país – 18,9 mortes por mil nascidos vivos.** (Ver Tabela K – anexo)

O Brasil tem, segundo a PNAD 2008, uma taxa de 23,5. A título de comparação, segundo a CIA World Factbook, a menor taxa de mortalidade infantil do mundo fica com Singapura (2,3). O país com a maior taxa de mortalidade infantil do mundo é Angola (180,2). O Brasil figura em 96º lugar nesse ranking internacional (decrecente).¹

Nos estados brasileiros, essas taxas variam entre 13,1 (RS) e 48,0 (AL).

Taxa bruta de natalidade

O **Rio de Janeiro possui a segunda menor taxa de natalidade do país, com 12,8 nascidos vivos a cada mil habitantes.** A taxa bruta de natalidade é influenciada pela estrutura da população, quanto à idade e ao sexo.

A maior taxa de natalidade fica com Roraima, com 29 nascidos vivos por mil habitantes (Ver Tabela K – anexo). Em geral, taxas elevadas estão associadas a condições socioeconômicas precárias e a aspectos culturais da população.

Taxa de Fecundidade

Essa taxa expressa o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo.

Nesse caso, o **Rio de Janeiro tem a menor taxa de fecundidade do país, com uma média de 1,54 filhos por mulher** (Ver Tabela K – anexo). As taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. Essa baixa na taxa de fecundidade está associada à urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e instabilidade de emprego².

¹ Informações atualizadas em janeiro de 2009 pela CIA – Central Intelligence Agency – United States of America. Disponíveis em: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=29&l=pt>

² REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2008.

Taxa Bruta de Mortalidade

Essa taxa indica o número total de óbitos por 100 mil habitantes. As taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas, podem refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, problemas no sistema de saúde e na prevenção de doenças, altos índices de mortalidade violenta, etc.

Nesse caso, o **Rio de Janeiro tem a 3ª maior taxa bruta de mortalidade do país, com 7,35 mortes a cada 100 mil habitantes.** A maior taxa fica com Pernambuco, com 7,38 mortes/100 mil hab (Ver Tabela K – anexo).

Esperança de vida

Esse indicador representa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido. A esperança de vida média dos brasileiros é de 73 anos.

No Rio, a esperança de vida é levemente maior – 73,4 anos - a 11ª maior do país. A análise separada por sexo mostra que, para as mulheres cariocas, a esperança de vida é de 77,9 anos, e para os homens, é de 69,1 anos (Ver Tabela K – anexo).

Tabela 18

	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
					Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,89	16,15	6,22	23,59	73,0	69,3	76,8
Rio de Janeiro	1,54	12,80	7,35	18,90	73,4	69,1	77,9

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

ANEXO

Tabela A – Taxa de frequência da população a estabelecimento de ensino

	Taxa de frequência da população a estabelecimento de ensino (%)							
	Total	Grupos de idade						
		0 a 6 anos			7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos				
Brasil	30,2	45,8	18,1	79,8	97,9	84,1	30,5	5,3
Amapá	37,0	36,9	8,6	68,3	97,7	89,2	39,4	7,7
Rio de Janeiro	27,2	49,7	20,6	85,2	98,2	88,0	35,6	5,3
Distrito Federal	33,4	44,9	16,1	82,5	98,2	87,4	41,1	8,7
São Paulo	27,5	51,7	25,0	84,4	98,4	87,0	28,1	4,5
Sergipe	33,2	44,3	15,9	83,2	98,5	86,8	34,8	5,5
Piauí	33,3	45,4	13,1	90,3	97,9	86,3	33,4	6,3
Minas Gerais	28,9	45,1	16,2	79,3	98,4	85,3	28,8	5,0
Roraima	38,0	45,0	13,0	84,2	96,8	84,5	28,0	10,3
Bahia	33,0	44,6	13,2	84,4	98,1	84,4	32,9	6,2
Amazonas	39,3	37,2	5,8	74,1	97,5	84,2	37,4	11,1
Tocantins	34,1	39,3	11,7	69,6	98,3	84,0	33,8	6,3
Goiás	29,2	39,6	13,3	71,0	97,5	83,6	28,2	5,0
Mato Grosso do Sul	30,3	42,9	19,7	74,8	98,6	83,2	27,0	5,2
Maranhão	35,7	44,7	10,8	85,8	98,1	83,2	28,6	5,1
Rio Grande do Sul	26,5	38,7	20,2	61,0	98,7	82,9	30,4	4,1
Espírito Santo	28,7	50,8	26,3	82,5	98,5	82,9	24,4	4,2
Paraná	29,6	45,6	24,4	72,0	97,9	82,8	30,7	5,4
Ceará	32,9	51,8	21,6	91,4	97,5	82,5	27,3	5,1
Rio Grande do Norte	31,3	48,6	20,6	86,2	97,1	82,0	27,2	5,3
Santa Catarina	28,8	51,8	32,0	78,0	97,9	81,0	30,6	5,4
Pará	35,0	39,6	9,1	75,9	96,7	80,9	32,1	6,2
Mato Grosso	31,6	37,4	15,4	63,4	97,3	80,5	34,0	6,9
Pernambuco	32,1	46,5	15,7	82,0	96,8	80,4	30,8	5,3
Alagoas	33,2	37,9	10,1	70,9	95,9	80,1	31,2	5,7
Paraíba	31,1	48,1	14,5	86,1	98,0	79,7	31,1	4,8
Acre	35,7	31,1	7,2	64,4	96,3	79,7	29,1	8,8
Rondônia	31,9	29,7	6,8	56,8	96,2	76,0	28,6	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela B – Ranking estadual de abastecimento de água

		Percentual de domicílios com serviço de água		Sem serviço (1)
		Com canalização interna (%)	Sem canalização interna (%)	
	Brasil	92,1	1,0	6,8
1	São Paulo	98,9	0,1	0,9
2	Minas Gerais	98,0	0,5	1,6
3	Distrito Federal	97,6	0,3	2,1
4	Espírito Santo	97,4	0,7	1,9
5	Paraná	96,4	0,2	3,4
6	Roraima	94,6	2,5	2,9
7	Sergipe	94,6	1,1	4,2
8	Bahia	94,4	1,5	4,1
9	Rio Grande do Norte	93,8	1,8	4,4
10	Rio Grande do Sul	93,8	0,3	5,9
11	Paraíba	93,0	0,6	6,4
12	Tocantins	92,8	2,7	4,5
13	Mato Grosso do Sul	92,6	0,3	7,1
14	Santa Catarina	92,0	0,2	7,8
15	Pernambuco	88,8	2,3	8,8
16	Rio de Janeiro	88,8	0,3	10,9
17	Piauí	88,4	4,4	7,1
18	Ceará	88,1	3,6	8,3
19	Goiás	87,8	0,6	11,7
20	Alagoas	86,0	3,0	10,9
21	Mato Grosso	85,8	0,4	13,8
22	Maranhão	82,2	3,3	14,6
23	Amazonas	80,2	2,6	17,3
24	Amapá	75,4	0,6	23,9
25	Rondônia	53,3	0,7	46,0
26	Acre	53,3	12,5	34,2
27	Pará	51,0	7,2	41,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclusive abastecimento de água através de poço ou nascente e outras formas.

Tabela C – Ranking estadual de domicílios com serviço de esgoto

	País/UF	% Domicílios com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	% Sem serviço	
			Fossa (2)	Outras formas (3)
	Brasil	68,5	27,2	4,3
1	São Paulo	94,0	3,4	2,6
2	Distrito Federal	90,9	8,8	0,2
3	Minas Gerais	89,5	7,9	2,6
4	Rio de Janeiro	84,6	9,3	6,1
5	Espírito Santo	75,1	14,2	10,8
6	Paraná	68,7	29,5	1,8
7	Bahia	65,2	29,1	5,8
8	Rio Grande do Sul	64,5	31,9	3,6
9	Santa Catarina	60,5	35,9	3,5
10	Sergipe	57,2	37,5	5,4
11	Pernambuco	57,0	33,7	9,3
12	Paraíba	54,0	39,2	6,8
13	Acre	44,8	36,1	19,1
14	Ceará	42,4	53,1	4,5
15	Goiás	40,1	58,8	1,1
16	Amazonas	32,4	54,0	13,6
17	Mato Grosso	32,1	66,8	1,1
18	Alagoas	26,6	67,2	6,2
19	Rio Grande do Norte	25,3	70,5	4,2
20	Roraima	23,7	73,8	2,5
21	Tocantins	22,0	76,3	1,7
22	Mato Grosso do Sul	21,8	77,4	0,8
23	Maranhão	19,4	70,4	10,2
24	Pará	12,8	80,1	7,0
25	Piauí	8,1	83,9	8,0
26	Amapá	5,6	81,5	12,9
27	Rondônia	5,2	91,8	3,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial. (2) Inclusive fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial. (3) Inclusive as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outras.

Tabela D – Ranking estadual de coleta de lixo

	País/UF	Percentual de domicílios, por existência de serviço de coleta de lixo (%)		
		Com serviço		Sem serviço (1)
		Coletado diretamente	Coletado indiretamente	
	Brasil	89,4	8,8	1,9
1	Tocantins	98,1	0,2	1,7
2	Mato Grosso do Sul	95,5	3,8	0,7
3	Rio Grande do Norte	95,2	2,9	1,9
4	Amapá	95,0	4,7	0,2
5	Paraná	94,9	4,3	0,8
6	Roraima	94,3	3,1	2,7
7	Santa Catarina	93,6	6,2	0,2
8	São Paulo	93,4	6,3	0,3
9	Mato Grosso	92,3	5,5	2,2
10	Rio Grande do Sul	92,2	7,3	0,5
11	Minas Gerais	92,1	6,4	1,5
12	Goiás	91,9	6,9	1,2
13	Paraíba	91,8	6,7	1,5
14	Rondônia	90,7	3,5	5,8
15	Rio de Janeiro	89,7	9,1	1,2
16	Sergipe	88,9	7,6	3,4
17	Pará	86,2	8,8	5,0
18	Maranhão	85,7	4,3	9,9
19	Acre	85,4	9,8	4,8
20	Amazonas	84,7	11,2	4,2
21	Distrito Federal	84,5	15,3	0,1
22	Espírito Santo	81,8	16,1	2,1
23	Alagoas	80,9	17,6	1,5
24	Pernambuco	80,3	16,1	3,6
25	Ceará	79,4	13,7	6,9
26	Piauí	76,8	8,8	14,4
27	Bahia	73,7	23,8	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

(1) Inclusive queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros.

Tabela E – Ranking estadual de acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica

	País/UF	Distribuição percentual por acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica (%) (2)					
		Com acesso simultâneo	Sem acesso simultâneo	Serviços ausentes			
				Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta direta de lixo	Iluminação elétrica
	Brasil	61,0	39,0	20,1	80,8	27,3	0,5
1	São Paulo	88,4	11,6	9,3	52,1	56,9	0,6
2	Minas Gerais	82,8	17,2	11,7	60,8	46,1	0,6
3	Distrito Federal	79,1	20,9	11,6	43,3	73,9	0,0
4	Rio de Janeiro	72,2	27,8	40,4	55,5	37,1	0,2
5	Paraná	64,1	35,9	10,0	87,3	14,1	0,6
6	Espírito Santo	61,3	38,7	6,6	64,5	47,1	0,1
7	Rio Grande do Sul	56,7	43,3	14,3	81,9	18,0	0,6
8	Sergipe	53,6	46,4	11,5	92,2	23,8	0,3
9	Santa Catarina	53,5	46,5	17,2	84,9	13,9	0,1
10	Paraíba	48,5	51,5	13,6	89,3	15,9	0,2
11	Pernambuco	46,2	53,8	20,8	80,0	36,7	0,4
12	Bahia	45,0	55,0	10,2	63,3	47,9	0,6
13	Ceará	36,9	63,1	18,8	91,3	32,7	1,1
14	Goiás	33,6	66,4	18,4	90,3	12,1	0,2
15	Mato Grosso	28,0	72,0	19,7	94,3	10,7	0,4
16	Amazonas	27,2	72,8	27,2	92,8	21,0	0,2
17	Acre	25,2	74,8	62,5	73,8	19,6	0,2
18	Rio Grande do Norte	23,9	76,1	8,1	98,2	6,3	0,4
19	Roraima	23,2	76,8	7,0	99,3	7,5	0,0
20	Tocantins	21,9	78,1	9,3	99,8	2,5	1,1
21	Mato Grosso do Sul	20,2	79,8	9,2	98,0	5,6	0,1
22	Maranhão	17,2	82,8	21,5	97,3	17,2	0,3
23	Alagoas	17,2	82,8	16,9	88,7	23,1	0,3
24	Pará	10,0	90,0	54,5	96,9	15,3	0,4
25	Piauí	7,7	92,3	12,5	99,6	25,2	1,3
26	Amapá	5,0	95,0	25,9	99,3	5,2	0,0
27	Rondônia	4,0	96,0	48,7	98,8	9,7	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM)

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de acesso a água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral, lixo coletado diretamente e iluminação elétrica.

Tabela F – Ranking estadual de acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos

		Acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos (%)		
		Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Pelo menos um morador com posse de telefone móvel
	Brasil	22,5	19,6	80,3
1	Distrito Federal	39,9	36,7	94,4
2	São Paulo	34,1	29,8	81,1
3	Santa Catarina	33,3	29,5	84,9
4	Rio de Janeiro	31,7	27,8	81,2
5	Paraná	29,0	25,3	82,0
6	Rio Grande do Sul	26,3	22,8	88,3
7	Minas Gerais	19,2	16,8	80,9
8	Espírito Santo	19,2	17,2	84,6
9	Mato Grosso do Sul	14,7	12,8	88,5
10	Amazonas	14,1	10,3	79,9
11	Goiás	13,0	11,1	84,0
12	Mato Grosso	12,4	11,3	84,9
13	Sergipe	10,8	9,3	84,3
14	Bahia	10,1	9,1	72,1
15	Rio Grande do Norte	9,8	8,7	76,1
16	Roraima	9,7	8,3	76,8
17	Pernambuco	9,2	8,0	77,9
18	Acre	8,1	7,4	84,2
19	Rondônia	7,7	6,6	80,9
20	Paraíba	7,5	7,1	73,8
21	Tocantins	7,0	6,5	77,6
22	Pará	6,9	5,4	77,5
23	Amapá	6,9	4,5	70,9
24	Ceará	6,8	6,0	76,1
25	Alagoas	6,3	5,6	68,8
26	Maranhão	5,9	4,6	61,5
27	Piauí	5,1	4,2	68,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

Tabela G – Ranking Estadual de acesso a serviços e bens duráveis

	Proporção, por acesso a alguns serviços (%)			Proporção, por posse de alguns bens duráveis (%)				
	Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	Freezer	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	99,8	50,6	27,5	35,4	95,2	15,6	96,8	46,4
Santa Catarina	100,0	60,0	38,6	48,0	98,9	36,5	97,8	67,9
Distrito Federal	100,0	67,2	47,3	56,1	98,4	23,3	98,6	63,1
Roraima	100,0	26,8	16,2	23,0	95,5	10,2	96,8	47,8
Amapá	100,0	25,2	9,1	16,6	91,6	24,8	98,9	34,9
São Paulo	99,9	67,6	36,2	45,3	98,6	15,3	98,0	64,2
Rio de Janeiro	99,9	(3º) 65,3	(4º) 34,1	(5º) 41,6	(3º) 98,5	(6º) 21,2	(3º) 98,2	(4º) 63,3
Amazonas	99,9	38,1	14,9	26,2	94,8	19,9	97,6	57,5
Espírito Santo	99,9	50,7	31,6	38,6	97,2	23,1	97,1	38,7
Minas Gerais	99,9	51,3	26,7	35,6	95,7	9,7	96,8	36,4
Mato Grosso do Sul	99,9	38,2	22,2	30,3	96,8	16,6	94,6	33,0
Goiás	99,9	42,0	19,5	27,7	95,7	12,9	95,8	29,7
Sergipe	99,9	29,4	18,4	26,0	92,1	8,0	97,2	23,7
Acre	99,9	27,8	20,0	25,9	95,3	11,0	95,6	22,1
Paraíba	99,9	23,6	14,9	19,0	86,9	6,7	95,5	18,6
Rio Grande do Sul	99,8	50,4	29,3	39,8	97,5	28,9	97,1	67,2
Paraná	99,8	58,3	33,8	44,0	97,8	18,1	96,3	58,6
Maranhão	99,8	26,1	10,4	15,3	91,5	9,2	95,6	23,9
Pernambuco	99,8	28,9	15,0	20,5	89,4	8,4	96,0	22,0
Mato Grosso	99,7	35,4	25,4	31,3	96,4	18,8	93,0	34,4
Rio Grande do Norte	99,7	27,4	17,3	25,0	89,6	10,4	96,3	27,7
Pará	99,7	24,5	10,1	17,4	88,1	12,3	94,8	21,5
Bahia	99,7	38,5	18,9	23,8	87,6	8,9	94,4	20,7
Alagoas	99,7	22,9	13,3	17,9	85,4	6,5	94,6	15,4
Rondônia	99,4	32,1	19,6	26,2	96,2	15,3	94,5	31,4
Ceará	99,3	25,0	13,7	18,5	85,3	6,7	95,2	14,5
Tocantins	99,1	29,3	15,0	20,4	92,7	8,8	93,1	16,7
Piauí	98,8	29,3	12,0	17,6	89,6	9,4	95,6	12,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

Tabela H – Ranking estadual de percentual de famílias pobres

	País/UF	% de famílias com rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo
	Brasil	22,6
1	Santa Catarina	9,5
2	São Paulo	10,5
3	Distrito Federal	13,3
4	Rio Grande do Sul	13,5
5	Rio de Janeiro	13,7
6	Paraná	14,2
7	Mato Grosso	18,6
8	Espírito Santo	19,5
9	Minas Gerais	19,6
10	Goiás	20,1
11	Mato Grosso do Sul	20,2
12	Rondônia	26,9
13	Roraima	28,9
14	Amazonas	30,6
15	Acre	30,6
16	Tocantins	30,9
17	Pará	32,4
18	Rio Grande do Norte	34,2
19	Amapá	35,1
20	Bahia	39,2
21	Sergipe	40,0
22	Pernambuco	41,2
23	Piauí	41,8
24	Paraíba	42,1
25	Ceará	44,0
26	Maranhão	45,7
27	Alagoas	47,5

Tabela I – Ranking estadual de percentual de pessoas em estado de pobreza

	País/UF	% de pessoas com rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo
	Brasil	28,7
1	Santa Catarina	12,6
2	São Paulo	13,6
3	Distrito Federal	17,0
4	Rio de Janeiro	17,3
5	Rio Grande do Sul	17,9
6	Paraná	18,2
7	Goiás	22,9
8	Mato Grosso	24,3
9	Mato Grosso do Sul	24,6
10	Minas Gerais	25,6
11	Espírito Santo	25,6
12	Rondônia	33,4
13	Amapá	34,9
14	Roraima	37,6
15	Tocantins	38,1
16	Amazonas	39,5
17	Acre	40,6
18	Rio Grande do Norte	41,2
19	Pará	42,5
20	Sergipe	46,1
21	Bahia	47,3
22	Ceará	49,1
23	Paraíba	49,9
24	Pernambuco	49,9
25	Piauí	51,1
26	Maranhão	53,9
27	Alagoas	56,9

	Total (1 000 pessoas)	Percentual de pessoas segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	189 408	10,3	18,4	27,1	22,7
Santa Catarina	6 068	2,1	10,5	25,1	33,7
São Paulo	40 659	2,9	10,7	24,7	30,2
Rio de Janeiro	15 657	4,1	13,2	26,5	25,5
Distrito Federal	2 501	4,3	12,7	21,2	20,7
Paraná	10 577	4,4	13,8	27,4	29,9
Rio Grande do Sul	10 822	4,8	13,1	25,5	30,0
Goiás	5 849	5,7	17,2	32,9	24,1
Mato Grosso	2 996	6,9	17,4	29,8	24,6
Mato Grosso do Sul	2 366	6,9	17,7	31,5	24,1
Espírito Santo	3 438	7,5	18,1	29,2	24,6
Minas Gerais	19 835	7,7	17,9	30,3	24,5
Amapá	626	8,7	26,2	36,2	19,2
Rondônia	1 516	11,1	22,3	30,1	21,2
Roraima	419	12,6	25,0	27,9	18,7
Tocantins	1 294	13,2	24,9	30,9	17,1
Pará	7 352	15,4	27,1	28,3	15,8
Amazonas	3 388	16,2	23,3	27,6	17,8
Acre	691	17,1	23,5	27,1	16,1
Rio Grande do Norte	3 147	17,4	23,8	29,2	16,3
Sergipe	2 025	19,4	26,7	26,4	15,3
Bahia	14 525	20,7	26,6	26,5	13,2
Paraíba	3 785	21,5	28,4	27,3	11,9
Ceará	8 439	21,8	27,3	28,3	12,5
Pernambuco	8 731	22,0	27,9	25,8	12,4
Maranhão	6 389	24,4	29,5	27,8	10,2
Piauí	3 145	24,6	26,5	26,7	11,8
Alagoas	3 167	29,7	27,2	24,6	9,5

Tabela J – Famílias unipessoais

	País/UF	Unipessoais		
		Total	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
			Homens	Mulheres
	Brasil	11,6%	49,1	50,9
1	Rio de Janeiro	14,5%	40,8	59,2
2	Rio Grande do Sul	14,4%	47,9	52,1
3	Goiás	13,2%	54,6	45,4
4	Distrito Federal	13,2%	45,8	54,2
5	Minas Gerais	12,5%	51,5	48,5
6	Bahia	12,0%	58,6	41,4
7	Mato Grosso do Sul	12,0%	54,3	45,7
8	São Paulo	11,8%	43,2	56,8
9	Mato Grosso	11,4%	66,1	33,9
10	Santa Catarina	11,4%	42,4	57,6
11	Paraná	11,4%	45,1	54,9
12	Rondônia	11,4%	61,9	38,1
13	Tocantins	11,2%	70,1	29,9
14	Pernambuco	10,9%	49,7	50,3
15	Espírito Santo	10,7%	51,6	48,4
16	Alagoas	10,4%	52,0	48,0
17	Paraíba	10,0%	50,9	49,1
18	Roraima	9,9%	74,9	25,1
19	Ceará	9,2%	51,3	48,7
20	Acre	9,1%	62,5	37,5
21	Pará	8,7%	65,8	34,2
22	Rio Grande do Norte	8,6%	51,7	48,3
23	Sergipe	8,6%	46,3	53,7
24	Piauí	8,5%	48,3	51,7
25	Amazonas	7,6%	73,2	26,8
26	Maranhão	7,3%	52,7	47,3
27	Amapá	6,4%	73,8	26,2

Tabela k - Taxas Fecundidade, Natalidade, Mortalidades e Esperança de Vida

	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
					Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,89	16,15	6,22	23,59	73,0	69,3	76,8
<i>Acre</i>	2,91	24,52	5,02	29,80	71,7	69,1	74,4
<i>Alagoas</i>	2,63	23,71	7,11	48,20	67,2	63,3	71,3
<i>Amapá</i>	2,69	28,29	4,83	23,20	70,7	66,9	74,7
<i>Amazonas</i>	2,57	20,67	4,47	25,10	71,9	68,9	75,0
<i>Bahia</i>	1,86	19,29	6,12	32,40	72,3	69,1	75,6
<i>Ceará</i>	2,13	18,38	6,46	28,60	70,6	66,4	75,1
<i>Distrito Federal</i>	1,77	17,72	4,33	16,30	75,6	71,9	79,4
<i>Espírito Santo</i>	1,72	16,88	5,94	18,30	74,0	70,4	77,7
<i>Goiás</i>	1,85	15,81	5,54	18,90	73,6	70,4	77,0
<i>Maranhão</i>	2,67	21,16	6,54	37,90	68,0	64,2	72,1
<i>Mato Grosso</i>	2,13	17,81	5,16	19,80	73,4	69,8	77,1
<i>Mato Grosso do Sul</i>	2,00	17,31	5,74	17,40	74,0	70,8	77,4
<i>Minas Gerais</i>	1,84	15,56	6,09	19,70	74,9	71,5	78,4
<i>Pará</i>	2,40	19,42	4,87	23,70	72,2	69,3	75,3
<i>Paraíba</i>	2,73	17,69	7,36	36,50	69,4	66,0	73,0
<i>Paraná</i>	1,69	13,43	5,92	17,90	74,4	71,3	77,6
<i>Pernambuco</i>	2,21	17,67	7,38	37,10	68,7	65,3	72,3
<i>Piauí</i>	2,20	20,43	6,33	27,20	69,3	66,3	72,5
Rio de Janeiro	1,54	12,80	7,35	18,90	73,4	69,1	77,9
<i>Rio Grande do Norte</i>	1,91	18,29	6,54	33,50	70,8	67,0	74,8
<i>Rio Grande do Sul</i>	1,84	12,02	6,78	13,10	75,3	71,6	79,0
<i>Rondônia</i>	1,89	18,89	5,14	23,00	71,5	68,8	74,4
<i>Roraima</i>	2,32	29,16	4,90	18,60	70,3	67,8	72,8
<i>Santa Catarina</i>	1,95	12,99	5,50	15,50	75,5	72,3	78,9
<i>São Paulo</i>	1,57	13,87	6,24	15,00	74,5	70,4	78,8
<i>Sergipe</i>	2,28	20,90	5,94	32,60	71,3	68,0	74,8
<i>Tocantins</i>	2,07	19,06	5,50	26,40	71,6	69,3	73,9

Brasília, 10 de novembro de 2009.

Confederação Nacional de Municípios

Área de Estudos Técnicos

